

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Augusto Sherman Cavalcanti..... 11

CAPÍTULO 1

MATERIALIDADE, RELEVÂNCIA E RISCO: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO CONTROLE EXTERNO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

LUIZ HENRIQUE LIMA.....	15
1.1 Introdução.....	15
1.2 Os regimes próprios de previdência social e o seu controle.....	16
1.3 Materialidade, relevância e risco.....	19
1.4 Aplicação dos critérios de materialidade, relevância e risco à realidade dos Regimes Próprios de Previdência Social.....	22
1.4.1 O critério da materialidade.....	22
1.4.2 O critério da relevância.....	22
1.4.3 O critério do risco.....	23
1.5 Experiência recente.....	25
1.5.1 O controle na gestão dos entes.....	26
1.5.2 O controle na gestão dos RPPS.....	29
1.5.3 O caso de Campo Novo do Parecis.....	32
1.5.4 Resoluções de consulta acerca dos RPPS.....	35
1.6 Conclusão.....	36
Referências.....	38

CAPÍTULO 2

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS: ASPECTOS TEÓRICOS

MARCOS NÓBREGA.....	43
2.1 Custo previdenciário: conceito e mensuração.....	43
2.1.1 Tipos de benefício.....	47
2.1.2 Tipos de risco.....	48
2.1.3 Benefício definido e contribuição definida.....	54
2.1.4 O conceito de financiamento do regime próprio.....	56
2.1.5 Serviço passado (dívida implícita e custo de transição).....	56
2.2 Regimes clássicos de financiamento.....	63
2.2.1 Repartição simples.....	64
2.2.2 Capitalização.....	70
2.2.3 Repartição de capitais de cobertura.....	75
2.2.4 Colocando os sistemas juntos.....	76
Referências.....	76

CAPÍTULO 3

A SUSTENTABILIDADE DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MARCOS BEMQUERER COSTA, PATRÍCIA REIS LEITÃO BASTOS..... 79

3.1 Introdução.....	79
3.2 A atuação do TCU na questão da sustentabilidade da Previdência Social.....	84
3.3 Panorama internacional da sustentabilidade da Previdência Social.....	110
3.4 Conclusão.....	121
Referências.....	124

CAPÍTULO 4

O DÉFICIT ATUARIAL E SEU EQUACIONAMENTO

RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA.....	127
4.1 Introdução.....	127
4.2 Natureza e abrangência dos déficits atuarial e financeiro.....	129
4.3 Causas e responsáveis pelos déficits atuarial e financeiro.....	131
4.4 Do reconhecimento, mensuração e contabilização do déficit atuarial.....	136
4.5 Equacionamento do déficit atuarial.....	141
4.6 Opções para equacionamento do déficit atuarial.....	145
4.6.1 Aporte de bens e direitos.....	145
4.6.2 Alíquota de contribuição suplementar.....	151
4.6.3 Aporte periódico de recursos.....	152
4.6.4 Segregação de massa.....	153
4.7 Considerações finais.....	159
Referências.....	160

CAPÍTULO 5

DÉFICIT ATUARIAL: O DESAFIO NO CONTROLE DA GESTÃO

SABRINA NUNES IOCKEN.....	163
5.1 Introdução.....	163
5.2 Gestão atuarial equilibrada sob o enfoque conceitual das políticas públicas.....	165
5.3 Enfoques não excludentes: regularidade e eficiência	167
5.4 Controle do Tribunal de Contas de Santa Catarina: a busca pela gestão sustentável	169
5.4.1 Auditorias de regularidade.....	171
5.4.2 Irregularidades nos investimentos: um ambiente propício a desvios dos recursos públicos	172
5.4.3 Efetividade: um estímulo à fiscalização de resultados.....	174
5.4.4 As diretrizes nacionais e a ação coordenada com as demais esferas políticas.....	176
5.5 Conclusão.....	180
Referências.....	181

CAPÍTULO 6

OS RISCOS DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO BRASIL: UMA VISÃO ALÉM DO EQUILÍBRIO ATUARIAL

ANTÔNIO EMANUEL ANDRADE DE SOUZA.....	185
6.1 Introdução.....	185
6.2 Os riscos de implantação do modelo.....	190
6.3 Baixa adesão.....	193
6.4 Exemplos negativos.....	195
6.5 Mais e mais fiscalização.....	197
6.6 Governança e participação.....	203
6.7 Custos de administração.....	205
6.8 Custo de implantação.....	207
6.9 O risco judicial	208
6.10 Previdência: um problema maior no Brasil.....	210
6.11 Considerações finais.....	212
Referências.....	212

CAPÍTULO 7

SÍNDROME DE INEFETIVIDADE DO REGISTRO DE ATOS DE APOSENTADORIA

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS.....	215
7.1 Introdução.....	215
7.2 Direito adquirido.....	217
7.3 O registro de aposentadorias, reformas e pensões.....	217
7.4 Efeitos e falta de efeitos jurídicos do registro.....	221
7.5 Tribunais de Contas e Tribunais de Direitos.....	225
7.6 Decadência do direito de anular o ato concessório.....	229
7.7 O papel dos Conselheiros Substitutos.....	232
7.8 Conclusão e alternativas.....	233
Referências.....	235

CAPÍTULO 8

O CRESCENTE ANACRONISMO DO REGISTRO DE ATOS DE PESSOAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CLÁUDIO AUGUSTO CANHA.....	237
8.1 A evolução histórica do registro de atos de pessoal.....	237
8.2 As evidências jurisprudenciais do anacronismo do instituto.....	241
8.3 O alcance restrito do instituto do registro de atos de pessoal.....	246
8.4 Registro de atos de pessoal no direito comparado.....	249
8.5 Conclusão.....	250
Referências.....	250

CAPÍTULO 9

REFORMAS E PENSÕES E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.....	253
9.1 Princípio da autotutela.....	253
9.2 Decadência administrativa pela via reflexa	256
9.2.1 Decadência “externa” e “interna”.....	260
9.3 Incidência da Lei nº 9.784/99 sobre as entidades federativas	

estaduais, distritais e municipais.....	262
9.4 Limites ao Instituto da Decadência Administrativa: considerações...	263
9.5 Conclusão.....	264
Referências.....	265
SOBRE OS AUTORES.....	269